

OLHARES PARA O INTERIOR: A PERSPECTIVA DA SENSIBILIDADE EM RELAÇÃO AO ESPAÇO E À NATUREZA NO SÉCULO XVI

Adriel Fontenele Batista¹

Se nos perguntarmos sobre os grandes temas do início deste século, isto é sobre as questões que mais fortemente estiveram em pauta na sociedade, na primeira década do século XXI, a natureza certamente encontra aí seu lugar de destaque. O fato é que nunca se falou tanto sobre natureza e, longe de esgotar-se, esse tema tem se ampliado quanto às suas perspectivas, possibilidades e finalidades. Desde as últimas décadas do século XX, sobretudo encabeçando as questões econômicas, a natureza passou a figurar como tema central nas políticas desenvolvimentistas dos Estados, nas preocupações sociais como a qualidade de vida e de subsistências dos povos; daí a centralidade do termo “socioambientalismo” no discurso político das últimas décadas do século XX e a atenção para as questões culturalmente construídas nas relações do homem com a natureza no processo histórico das sociedades.

No meio intelectual, entre as últimas décadas do último século e as primeiras deste, o tema da natureza ultrapassou fronteiras entre áreas do conhecimento e alimentou um vasto campo de investigações fundadas nas relações entre o homem e o meio. Para além do pragmatismo destas relações, ou seja, muito mais do que um estudo sobre a apropriação da natureza pelo homem, o papel da natureza na história da humanidade parece encontrar um sentido *sine qua non* da existência e fomentar um campo fértil de indagações nas mais diversas áreas do conhecimento. Quando tomado pelas ciências humanas, a questão central parece fundar-se a partir de dois pontos de reflexão, na ação e no pensamento do homem sobre natureza. Assim, consideremos dois pensamentos desenvolvidos no início do século XXI, nos quais a filosofia e a História refletem essa tensão em que se encontra o tema da natureza na comunidade intelectual.

No campo da filosofia, o pensamento do filósofo e historiador de ciências Michel Serres reflete bem essa perspectiva sobre a natureza. O conjunto da obra de Serres, sobretudo em livros como *A Grande Narrativa* e *O Incandescente*, atenta para a perspectiva humanista no tratar e no pensar sobre a natureza. Aí reside a ideia de um mau humanismo, um pensamento sobre a natureza como subordinada ao nascimento da

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

humanidade. Para Serres a Grande Narrativa, ou seja, toda história do mundo e das coisas no mundo até aqui, compreende uma série de processos bifurcados onde a história humanidade é apenas uma dessas ramificações.

Assim, segundo suas ideias, a humanidade não pode ser pensada como ponto de partida de um pensamento sobre a natureza e muito menos como finalidade última da existência do da mesma. Ora, esse é, sem dúvida, um pensamento próprio deste momento onde não apenas os conceitos, mas as próprias sensibilidades em relação à natureza parecem reorganizar-se e requerem reflexões sobre os modos de pensar e agir no mundo.

O papel da História é fundamental no conjunto de reflexões acerca da natureza na sociedade contemporânea; sobretudo quanto à possibilidade de enfrentar a construção simbólica e cultural do dualismo sociedade-natureza nas diferentes realidades e tempos históricos do Ocidente. Contudo, o problema de refletir sobre as ações e também sobre o pensamento do homem sobre a natureza tem seus reflexos nessa ciência. O historiador argentino David Arnold nos informa de que a natureza como objeto de estudo da história se encontra dentro de uma ambigüidade conceitual que pode ser interceptada em toda historiografia contemporânea. Tal ambigüidade coloca de um lado, historiadores que produzem uma história dos organismos no planeta e sua relação com processo histórico da humanidade: o clima, a topografia, a fauna, a flora e as doenças no processo histórico; e do outro, historiadores que enfatizam a natureza como cosmologia ou representação do mundo dos povos do passado.

Segundo David Arnold, o problema da dualidade conceitual se realiza na medida em que o paradigma ambientalista forjado no interior das ciências naturais é o que sustenta tais posicionamentos e que a solução parece encontrar-se na não separação entre as representações de mundo a realidade objetiva da natureza. Ainda segundo David Arnold, a historiografia contemporânea, cada vez mais, tem se empenhado em ultrapassar o paradigma das ciências naturais, apropriando-se do tema e estabelecendo métodos e teorias próprios nos estudos sobre a natureza.

Cientes do problema a ser enfrentado, e motivados por questões referentes à natureza como objeto de estudo da História, foi realizada no ano de 2008, uma pesquisa com o objetivo de entender as representações de natureza no discurso de conquista da Capitania da Paraíba. Assim, o que segue neste artigo, é o resultado de um estudo sobre a Companhia de Jesus na segunda metade do século XVI, sua relação com natureza no

processo de conquista dos espaços coloniais durante o período de união das coroas ibéricas e própria organização da Companhia.

A conquista da Paraíba é um tema de grande importância para a historiografia brasileira; sobretudo para os estudos dos enfrentamentos entre colonos portugueses e populações indígenas no Brasil colonial. Tal evento se realizou nos tempos de união das Coroas ibéricas sob o reinado de Filipe II e representa uma conjuntura política, econômica e ideológica manifestada de forma intensa no conjunto de ações metropolitanas sobre os espaços coloniais e que, em grande medida, tem sido interceptada pela historiografia contemporânea.

O evento de conquista foi relatado pelo padre jesuíta Simão de Travassos² no documento chamado *Sumário das Armadas*. Este documento foi publicado pela primeira vez em (ver em serafim leite) e trata, sobretudo, das incursões militares na região do Rio Paraíba na segunda metade do século XVI. Tais investidas tiveram como objetivo fundamental dar guerra ao gentil inimigo e expulsar os franceses que contrabandeavam o Pau-Brasil na Capitania. O evento que denunciou a fragilidade do controle sobre o espaço na capitania e necessidade intervenção militar contra indígenas e seus aliados franceses ficou conhecido como o massacre de Tucunhaem; episódio ocorrido em 1574 no qual, apoiados por franceses, índios atacaram e mataram os moradores do engenho de Goiana, na então Capitania de Itamaracá. Assim, dar represaria aos nativos, expulsar os franceses e efetivar o controle do espaço colonial formam o conjunto de motivações *a priori* da empresa de guerra na conquista da recém demarcada Paraíba.

Sobre este estado de coisas, o historiador paraibano Horácio de Almeida comenta:

"Em mais de setenta anos de dominação portuguesa, o povoamento do norte do país não dera um passo avante de Itamaracá. A avançada lenta estava agora em riscos de retroceder, ameaçada de despejo pelos constantes assaltos dos potiguaras."³

² Muitos foram os problemas da historiografia brasileira em definir a autoria desse documento. Tal problema se fez porque pelo menos cinco padres jesuítas participaram do evento de conquista e escreveram em tempos e empresas sem assinar. Varnhagen atribuiu a autoria ao Padre Jerônimo Machado, Capistrano de Abreu colocou a dúvida da autoria entre o Padre Jerônimo Machado e Simão Travassos. Contudo, o Padre Serafim Leite, ao debruçar-se em investigação sobre essa questão, conferiu a autoria do *Sumário das armadas* a Simão Travassos. Os argumentos do Padre Serafim Leite quanto à autoria do documento são consistentes e pudemos reconhecê-los no trato efetivo com este documento.

³ HISTÓRIA DA PARAÍBA, vol. 1, 2ª edição. João Pessoa, Ed. Universitária, 1978.

O *Sumário das Armadas*, pelo seu grande valor como fonte histórica, tem figurado em importantes trabalhos sobre a história da Capitania da Paraíba e sobre os enfrentamentos entre colonos e índios no Brasil colonial. Para além disso, importantes estudos sobre as populações nativas da Capitania e sobre a atividade missionária no Brasil colonial, tem se debruçado sobre o Sumário. Destacam-se nos estudos sobre este documento: *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite, obra que inclui o Sumário no contexto dos importantes relatos sobre as atividades missionais jesuíticas na Paraíba e *História da História do Brasil*, de José Honório Rodrigues, no qual o Sumário é mencionado como importante crônica de conquista. Contudo, para entendermos a narrativa jesuítica nesse documento, necessitamos compreender a própria organização da Companhia e o contexto em que se encontrava no referido período.

A atividade religiosa dos jesuítas é de grande importância para se entender especificidades do próprio processo de conquista e organização do espaço no Brasil Colonial. Por mais de dois séculos a atividade religiosa da Companhia de Jesus esteve, ora articulada, ora em conflito com a política das metrópoles europeias para com a colônia. Para além da atividade missionária da Companhia, a importância da Companhia de Jesus para compreensão da história do Brasil Colonial se encerra no fato de que os jesuítas não foram meros atores dessa trama histórica, participando também da construção dessa história a partir da epistolografia, crônicas e relatos que constituem grande parte da historiografia religiosa brasileira.

Ninguém teve, no Brasil colonial, tanta consciência histórica como os jesuítas. Não deram um passo, não converteram uma alma, não pacificaram colonos e indígenas, não dissolveram costumes brasílicos, não venceram os medos ou pecados da terra sem deixar escrita sua obra ou ação⁴

A historiografia contemporânea, na intenção de situar a Companhia de Jesus no seu tempo histórico, tem adotado uma perspectiva metodológica centrada fundamentalmente na conjuntura política e no pensamento da época. Assim, quer seja a partir dos livros didáticos, ou de um clássico da historiografia como *A história da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite; inicialmente e inevitavelmente nos deparamos com uma breve biografia de Santo Inácio de Loyola. Esse parece ser um método usual dessa historiografia para dar historicidade à Companhia de Jesus, como materialização das

⁴ RODRIGUES, José Honório de. *História da História do Brasil*, historiografia colonial. São Paulo: Ed Nacional, 1979. p 249.

idéias de um homem. Assim sendo, considera que nascido no final do século XV, Inácio de Loyola viveu dentro da lógica ainda cruzadista dos gentis-homens, fidalgos e militares de seu tempo e a carreira militar na qual ingressou na juventude - chegando a ser nomeado Capitão na guarnição de Pamplona, capital de Navarra – tê-lo-ia influenciado por toda a vida religiosa; vida a partir da qual se projeta sua obra mais importante, a Companhia de Jesus. Essa mesma historiografia, contudo, não desconsidera que se a Companhia de Jesus é a materialização das idéias de um homem, ela é, antes de tudo, materialização das idéias de um tempo. Assim, fundada em 1534, a Companhia de Jesus surge dentro do movimento contra-reformista da Igreja Católica para lutar como soldados da fé e da moral. Essa parece ser uma perspectiva mais política e é para onde converge o projeto de Santo Inácio. Em todo caso, esse posicionamento historiográfico sugere que a necessidade circunstancial de uma ação mais efetiva da Igreja na sociedade ampliou o espaço da atividade religiosa na primeira metade do século XVI, o que nos remete a pensar a Companhia de Jesus como instrumento dessa maior intervenção da Igreja na sociedade.

Essa dupla perspectiva adotada pela historiografia parece adequada na medida em que confere historicidade ao objeto do seu estudo. Contudo, a grandiosidade do projeto jesuítico para o mundo, segundo nosso entendimento, parece querer ultrapassar seu próprio tempo, e se posicionar para além de uma estrutura da Igreja ou do Estado. Segundo entendemos, a postura da Companhia de Jesus, a partir de sua própria lógica funcional, representa um pensamento de vanguarda no mundo ibérico. Pensamento que incidiu sobre a idéia de salvação (perfeição na lógica jesuítica), sobre o mundo e sobre os meios para atingir seus ideais individuais e apostólicos.

A vida religiosa, essa pensada como um desses meios para chegar à salvação, deveria regular-se interna e externamente, ou seja, espiritualmente e materializada nas ações virtuosas. Virtudes valorizadas de modo hierárquico, mas passíveis de harmonia entre corpo e espírito. Os cuidados com a saúde e as boas relações com a família do missionário e com os de fora dela, por exemplo, são exercícios que deveriam alinhar-se com a vocação natural - e nesse caso “vocação natural” como dádiva do Senhor Deus, revelada pelo Espírito Santo – para santificarem a si e ao próximo. Por meio da abertura de consciência ao Superior, dava-se a regulação da vocação e a busca do seu equilíbrio na prática diária – alma e corpo a serviço da salvação, e do mesmo modo, da perfeição.

Assim sendo, não é forçoso pensar que, dentro do processo de conquista dos espaços colônias do século XVI, essa lógica própria da Companhia de Jesus no entender o mundo, haveria de influenciar os discursos sobre a natureza, esses produzidos no interior dessa Ordem religiosa e no decurso de suas atividades. Parece-nos que, a partir da lógica orgânica da Companhia, lógica essa que há de manifestar-se em todos os aspectos da vida - não apenas da religiosa - constrói-se um espaço diferenciado das concepções de mundo e de natureza. Essas concepções, segundo as percebemos, são manifestas no que, por enquanto, chamaremos de “habilidade” dos jesuítas de entender o mundo material e o mundo espiritual e da aparente necessidade de equilíbrio entre ambos.

Ainda nos tempos de Nóbrega⁵ os problemas de ordem política e econômica da Companhia de Jesus podem ser percebidos através de suas cartas. Escreve Serafim Leite: “Não era nada desafogada a situação dos padres, tanto mais que, se eles recebiam esmolas, também as faziam [...] A responsabilidade de sustentar estes meninos⁶ era grande”⁷. Essa responsabilidade, a partir do Alvará de D. Sebastião, de 7 de Novembro de 1564, passa a ser do Chefe supremo do Estado português.

[...] hei por bem de lhes aplicar e dotar, e de feito por esta minha carta de doação, doto e aplico, uma redízima de todos os dízimos que e direitos que tenho que tenho e me pertencem e ao diante pertencem, nas ditas partes do Brasil, assim na capitania da Bahia de Todos os Santos, como nas outras Capitánias e povoações delas; para que o dito Reitor e Padres do Colégio tenham e hajam a redízima do primeiro dia do mês de Janeiro do ano que vem, de quinhentos e sessenta e cinco, em diante para sempre.”⁸

Contudo, longe de resolver a situação econômica da Companhia, essa doação estava sujeita a dois tipos principais de entraves: o escrúpulo (ou a falta dele) dos funcionários encarregados de repassar a redízima, e a própria dificuldade de entender o sistema de dízimas que se fazia na colônia. Os Padres ficavam à disposição do humor dos funcionários e de suas próprias ambições. Quando não, questões políticas interferiam nesses pagamentos e deixavam a companhia num constante jogo político e busca de estabilidade financeira. Posteriormente determinou-se que essa redízima dos dízimos

⁵ Nóbrega chegou ao Brasil em 1549 onde militou pela Companhia até sua morte em 1570 no Rio De Janeiro.

⁶ “meninos”, nesse sentido são os órfãos vindos de Lisboa para estudar nos Colégios.

⁷ LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Edições Loyola, São Paulo, 2004.p 147.

⁸ *Ibid.*, p 43.

fosse retirada do açúcar produzido nos engenhos. O conflito, a partir de então, era quanto à indicação dos respectivos engenhos do qual se trataria o pagamento. Os padres eram direcionados pelos funcionários de EL-Rei à engenhos longínquos ou deficitários.

Nem sempre correspondiam, infelizmente a esta alta compreensão de Portugal, os oficiais subalternos, encarregados mais imediatamente de satisfazer os encargos assumidos por El-Rei. Tirando um ou outro período, nunca os jesuítas receberam, em paz e sem lutas, uma dotação, que parecia prometer segurança na catequese e colonização do Brasil, mas que, na realidade, obrigava os Religiosos, para não se endividarem, a buscar por outro lado, os meios necessários de subsistência [...] ⁹

Em 1583, o Padre Cristóvão de Gouveia, então Visitador Geral do Brasil ¹⁰, se empenhou em estabelecer, a partir dos problemas encontrados, uma nova Constituição para a Companhia no Brasil. Ao tomar o assunto, Cristóvão de Gouveia identifica a origem da desordem econômica como fundamentalmente provocada pelo descaso com que os funcionários tratavam a questão das redízimas da Companhia, chegando, muitas vezes, a zombar dos apelos dos Padres dessa instituição. Ficou então decidido pelo Visitador não aceitar mais Noviços de Lisboa ou da terra nos Colégios da Bahia e do Rio de Janeiro, ao menos até a situação de endividamento desses Colégios seja resolvida. Em 1587 o Padre Jerônimo Machado escrevia: “Enquanto estiver lá aquele Governador ¹¹, não terão os nossos, sossego nem remédio” ¹². Agravando a situação, Gabriel Soares de Sousa, na corte de Espanha, desenvolvia uma grande atividade política contra a Companhia de Jesus, o que juntamente com as constantes reclamações dos colonos quanto da suposta proteção que a Companhia dava ao gentio; representam um período extremamente instável para a Companhia de Jesus no Brasil. Nas palavras de Gabriel Soares de Sousa:

[...] basta que se ensine um pouco de latim, ler e escrever, como se fazia sem segunda renda, e como na verdade não se ensina outra coisa, nem há na terra quem aprenda mais. [...] em qual até hoje não acabaram o curso das Artes mais que seis ou sete pessoas [...] teologia não ouviram mais que quatro pessoas de fora e uma só se

⁹ LEITE, Serafim, *história da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p 44.

¹⁰ O mesmo Cristóvão de Gouveia encomendou a relação das atividades na conquista do Rio Paraíba, então *Sumário das Armadas*, principal fonte documental dessa pesquisa.

¹¹ “Aquele Governador” é Tales Barreto, então governador da Bahia e grande opositor às atividades da Companhia de Jesus.

¹² *Ibid.*, p 47.

fez bom pregador [...] se em Portugal, antes, não havia mais que a Universidade de Coimbra, porque não bastará ao Brasil a da Bahia para todo o Estado?¹³

Desse modo, ao empreendermos um olhar sobre a conjuntura na qual estavam submetidos os jesuítas na segunda metade do século XVI, compreendemos que a Companhia de Jesus esteve, para além do propósito político-ideológico da Conquista, atuando paralelamente em seus objetivos individuais. Esses objetivos, segundo os entendemos, significavam a própria continuidade do seu trabalho religioso e sua permanência na colônia. Tal percepção nos leva a pensar que as necessidades mais urgentes da companhia podem ter exercido grande força sobre o discurso desses padres e, sobretudo em suas percepções e apropriações da natureza no sentido fundamental de dominá-la. Tal consideração nos remete a pensar essa natureza do discurso jesuítico, como instrumento pelo qual a Companhia de Jesus buscou afirmar ou legitimar seu poder¹⁴. Ora, não teria sido essa uma postura da Companhia perante a natureza desde os tempos de Nóbrega? O interesse farmacológico pela fauna e pelo clima não seriam “apropriações” da natureza material, e de seus segredos em nome da Companhia? Sobre esses questionamentos, a resposta afirmativa parece se encontrar nas palavras do Padre Serafim Leite:

Os jesuítas sempre foram homens práticos. As suas observações não ficam só no campo da especulação. Gradativamente, os elementos da fauna e da flora americana iam utilizando na sua farmacologia. A quina que os jesuítas revelaram ao mundo, levou muito tempo o nome de “mezinha dos meninos de Jesus” [...] As boticas dos jesuítas tornaram-se famosas [...] com renome quase lendário a *Triaga Brasília*. [...] Por ocasião do seqüestro do Colégio da Bahia, diz o desembargador, que procedeu em arrolamento, que este remédio tinha grande consumo, “por ser pronto o seu efeito e que não faltaria quem desse **pelo segredo**¹⁵ três ou quatro mil cruzados¹⁶ [grifo meu]

¹³ LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p 166.

¹⁴ Nesse sentido, “poder” como conhecimento sobre a natureza; sobretudo pela natureza ainda não desvelada a outros que não os da Companhia, a natureza interior desse Novo Mundo.

¹⁵ Pelo segredo e não pelo produto. Os jesuítas apresentam o produto ao mundo, não o conhecimento para produzi-lo.

¹⁶ LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.p 137.

O conhecimento e a apropriação sobre essa natureza parecem ser o que a torna útil e potencialmente valiosa¹⁷. Contudo, ainda que no exemplo de Nóbrega e do seu interesse pela farmacologia em nome da Companhia de Jesus, a apropriação da natureza seja sobre sua materialidade (a coisa em si: a “mezinha dos meninos de Jesus” ou a *Triaga Brasília*, por exemplo), o poder não emana da coisa em si, mas dos segredos dessa natureza só revelado aos jesuítas. No caso específico do *Sumario das Armadas*, para entendermos essa vontade de apropriação da natureza na forma de conhecimento sobre a mesma, vale-nos recordar que esse documento foi produzido entre 1587 e 1589, sendo 1589 o mesmo ano da chegada da Ordem Franciscana na Capitania da Paraíba. Os conflitos entre essas Ordens religiosas, principalmente quanto aos seus respectivos espaços de atuação na Capitania, foram uma realidade que, no termo e na deliberação de Filipe II sobre a questão, se denominou “escândalo entre os novos cristãos” e que, segundo entendemos, representa uma maior motivação da Companhia no sentido de legitimar o seu conhecimento sobre a natureza material e imaterial do Novo Mundo através do discurso.

Assim, entendemos que o homem do qual tratamos, o jesuíta, entendeu a natureza do Novo Mundo, no século XVI, dentro da lógica de conquista comum ao período, mas conquista especial do seu espaço na colônia. Uma percepção que toma contornos próprios no contato com as peculiaridades da natureza do Novo Mundo e se articulava no discurso dessa instituição como interpretação do Novo Mundo, mas também como mecanismo de intervenção política no tratar de questões pertinentes à própria instituição. Desse modo, um espaço no qual os pressupostos humanistas parecem “fluir” melhor no mundo ibérico e onde as relações do homem com a natureza parecem, em grande medida, nortear os caminhos e as fronteiras da conquista dos espaços coloniais.

¹⁷ Nesse sentido, “valiosa” como elemento que confere poder legítimo sobre a coisa, não valiosa no sentido comercial.